

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

JANAINA SILVA DE MELO

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO
MENINO JESUS DO MUNICÍPIO DE JACUIZINHO - RS**

**São Borja-RS
2024**

JANAINA SILVA DE MELO

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO
MENINO DO MUNICÍPIO DE JACUIZINHO - RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em História.

Orientador: Camila de Almeida Silva.

**São Borja-RS
2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

S33e Silva de Melo, Janaina

A Educação Inclusiva na Escola Estadual de Ensino Médio Menino
Jesus do Município de Jacuizinho-RS / Janaina Silva de Melo.

28 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Universidade Federal do
Pampa, HISTÓRIA, 2024.

"Orientação: Camila de Almeida Silva".

1. TEA. 2. Desafios . 3. AEE. 4. Inclusão. 5. Necessidades.

I. Título.

JANAINA SILVA DE MELO

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO
MENINO DO MUNICÍPIO DE JACUIZINHO - RS**


Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de História da
Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Licenciada em História.

Área de concentração: Ciências Humanas

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 18 de dezembro
de 2024.


Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente

 **CAMILA DE ALMEIDA SILVA**
Data: 29/12/2024 21:33:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Profª Dra. Camila de Almeida Silva
Orientador
(UNIPAMPA)

Documento assinado digitalmente

 **PAULA VANESSA PAZ RIBEIRO**
Data: 30/12/2024 07:14:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof Dra. Paula Vanessa Paz Ribeiro
(UNIPAMPA)

Documento assinado digitalmente

 **EDSON ROMARIO MONTEIRO PANIAGUA**
Data: 07/01/2025 19:44:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Edson Romario Monteiro Paniagua
(UNIPAMPA)

"A minha família, por todo o apoio,
incentivo e dedicação".

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de me conceder a vida para hoje poder estar aqui, capacidade e força para buscar a conclusão de meus projetos, a minha mãe Geni por todo o apoio e incentivo ao longo dessa trajetória fazendo com que eu nunca desistisse, ao meu pai Sadi que hoje não está mais aqui, mas sei que és a minha estrela e está sempre a me acompanhar. Obrigada mãe por acreditar em mim, em minhas metas e sonhos alcançados.

Obrigada a todos os demais familiares, meus irmãos, meus sobrinhos e minhas amigas por toda a energia positiva a mim transmitida, vocês foram pessoas essenciais para assim eu chegar a fase final deste caminho atingindo o sucesso.

Agradeço imensamente a minha orientadora a professora Camila de Almeida e Silva por toda a sua disponibilidade e ótima orientação durante a execução do mesmo. Sinto-me privilegiada por poder presenciar de todos os seus ensinamentos como profissional. Aos meus colegas de trabalho que sempre me apoiaram e ajudaram serei grata sempre.

E para finalizar o meu agradecimento em especial ao meu marido Evandro, a pessoa que esteve sempre ao meu lado em todas as horas, meu maior apoio, meu ponto de paz, sempre prestativo, me apoiando e pronto para tudo, enfim agradeço de coração a todos vocês, pelas maravilhosas palavras e gestos de carinho, e graças a todos vocês essa esta etapa de minha trajetória concluída.

Defino este momento e essas pessoas com a palavra **“GRATIDÃO”**

"Ensinar não é transferir conhecimento,
mas criar as possibilidades para a sua
própria produção ou a sua construção"
(Paulo Freire)

RESUMO

Este estudo tem como tema a Educação Inclusiva na Escola Estadual de Ensino Médio Menino Jesus, abordando a importância da inclusão de estudantes com deficiências e outras necessidades educacionais especiais no ambiente escolar regular. A pesquisa busca compreender os desafios e as estratégias pedagógicas necessárias para promover a participação e o aprendizado desses alunos, a partir da perspectiva de educadores, gestores e profissionais da área. Este tem o objetivo geral de investigar quais são as ações que a rede Estadual de Ensino do estado do Rio Grande do Sul realiza para efetivação das políticas de inclusão. Este teve por base estudos de autores como: Poker, Valentim e Garla (2017), Lima (2014), Bernardes; Cordeiro, (2016), entre outros, os quais tratam sobre o tema. A metodologia de pesquisa adotada foi a pesquisa qualitativa do tipo exploratória, para coleta de dados foi realizada aplicação de entrevista semi-estruturada. A partir das coletas de dados e informações da entrevista a partir de informações referentes ao atendimento no AEE da escola e a experiência do professor especializado, proporcionando um aprendizado mais significativo e colaborativo.

Palavras-Chaves: Necessidades educacionais. Aprendizado. Estratégias Pedagógicas. Inclusão.

ABSTRACT

This study's theme is Inclusive Education at the Menino Jesus State High School, addressing the importance of including students with disabilities and other special educational needs in the regular school environment. The research seeks to understand the challenges and pedagogical strategies necessary to promote the participation and learning of these students, from the perspective of educators, managers and professionals in the field. This has the general objective of investigating what actions the State Education Network in the state of Rio Grande do Sul carries out to implement inclusion policies. This was based on studies by authors such as: Poker, Valentim and Garla (2017), Lima (2014), Bernardes; Cordeiro, (2016), among others, which deal with the topic. The research methodology adopted was qualitative exploratory research; semi-structured interviews were used to collect data. From the collection of data and information from the interview based on information regarding the school's AEE service and the experience of the specialized teacher, providing more meaningful and collaborative learning.

Keywords: Educational needs. Apprenticeship. Pedagogical Strategies. Inclusion.

LISTA DE SIGLAS

EJA: Educação de Jovens e Adultos
TEA: Transtorno de espectro autista
BNCC: Base Nacional Curricular Comum
ONU: Organização das Nações Unidas
LDB: Lei de diretrizes Brasileira
AEE: Atendimento Educacional Especializado
MEC: Ministério da Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA	15
2.1	Revisão de literatura.....	15
2.1.1	História da educação inclusiva no Brasil	16
2.1.2	DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	17
2.1.3	AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS EM PROL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO	18
3	METODOLOGIA	21
4	APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	22
4.1	O processo de inclusão na Escola Estadual de Ensino Médio Menino Jesus de Jacuizinho.....	23
4.2	Os desafios enfrentados no processo de inclusão na Escola Estadual de Ensino Médio Menino Jesus.....	24
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
	REFERÊNCIAS	27
	APÊNDICES	28

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa possui foco na educação inclusiva na Escola Estadual de Ensino Médio Menino do município de Jacuizinho - RS, atendendo aos requisitos do curso de Licenciatura em História. A escolha desse tema se distingue pela necessidade de possibilitar novos conhecimentos, oportunizar mais compreensão, com base nos avanços científicos sobre a inclusão de alunos é fundamental, pois garante que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou deficiências, tenham acesso a uma educação de qualidade e a igualdade, assim como a forma como os mesmos estão inseridos no contexto educacional regular, sabe-se da necessidade de um atendimento especializado a estes alunos, esse atendimento deve ser realizado por profissionais adequados como psicopedagogo, psicólogo, entre outros que possam vir a ser necessários, dependendo da especificidade de cada um, objetivando assim a suprir as necessidades destes educando em sua integridade.

A inclusão de alunos com deficiência na escola é um grande desafio para a política educacional, as dificuldades de comunicação e interação somam-se com as barreiras já existentes para o acolhimento de diferentes alunos no contexto escolar.

Este estudo tem o objetivo geral investigar quais são as ações que a rede Estadual de Ensino do estado do Rio Grande do Sul realiza para efetivação das políticas de inclusão; quais os métodos usados dentro da escola para que se tenha inclusão, quais os avanços da Educação Inclusiva em sociedade; o mesmo conta com os seguintes objetivos específicos: Identificar as possíveis causas do surgimento da educação inclusiva no Brasil, apresentar as reais ações e políticas públicas aplicadas em relação à educação inclusiva na rede estadual, conhecer como se dá a inclusão na Escola Estadual de Ensino Médio Menino Jesus de Jacuizinho e identificar e os desafios enfrentados no processo de inclusão na Escola Estadual de Ensino Médio Menino Jesus.

Segundo o capítulo V, Art. 58, da Legislação Educacional, onde aborda a educação especial, diz que:

“Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996).

O artigo foi desenvolvido por meio da pesquisa Bibliográfica, fazendo uso das plataformas Scielo e Google Acadêmico. Para além, buscou-se dados No Projeto Político Pedagógico da escola, para fundamentar teoricamente o desenvolvimento

do trabalho, para compreender a problemática em questão, posteriormente foi realizado um estudo exploratório referente à inclusão de crianças e jovens com deficiência na escola a partir de conversa com a professora da sala de AEE.

A abordagem que norteou o estudo foi de cunho qualitativo. O método utilizado para elaboração da pesquisa foi o método investigativo que para Pérez (2000):

os passos adequados para a aplicação da metodologia investigativa são: a ideia básica da construção do conhecimento por parte do que se aprende e do caráter social e histórico do processo; a concepção da realidade como algo complexo que deve ser abordado com estratégias adequadas do planejamento e resolução de problemas; a organização do currículo (escolar e profissional) em torno de problemas relevantes; o tratamento da realidade a partir de uma perspectiva questionadora e crítica.(PEREZ, 2000).

O desenvolvimento do artigo será dividido em subtítulos, os quais serão os seguintes: História da educação inclusiva no Brasil; Ações e políticas públicas aplicadas em prol da educação inclusiva na Rede Estadual de ensino; O processo de inclusão na Escola Estadual de Ensino Médio Menino Jesus de Jacuizinho; e, Os desafios enfrentados no processo de inclusão na Escola Estadual de Ensino Médio Menino Jesus. Após será apresentado a conclusão do presente trabalho, seguida pelas referências bibliográficas.

2 CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Revisão de literatura

A educação inclusiva na escola estadual é um direito que busca garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sociais ou emocionais, possam ter acesso ao ensino de qualidade no ambiente escolar regular. Essa abordagem, consolidada por meio de legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, propõe uma escola mais acessível e adaptada às necessidades de estudantes com deficiência, transtornos de aprendizagem, altas habilidades, entre outras necessidades educacionais especiais.

2.1.1 História da educação inclusiva no Brasil

A partir da segunda metade do século XX, os alunos com deficiência foram amparados pela Declaração Mundial de Educação para Todos e pela Declaração de Salamanca; esta última proclamou que “[...] as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades”. (ABENHAIM, 2005, p. 43).

A história da educação inclusiva no Brasil tem vários marcos históricos, como a Declaração de Salamanca, a Constituição de 1988, a LDB de 1996 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008:

Em 1994, a Declaração de Salamanca foi proclamada na Conferência Mundial de Educação Especial, marcando o início da fundamentação da educação inclusiva no Brasil.

A aprovação da Constituição em 1988 foi um marco para a educação inclusiva no Brasil. A aprovação da LDB em 1996 foi um marco para a educação inclusiva no Brasil.

Em 2008, o Ministério da Educação (MEC) lançou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, inspirada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU.

A história da educação de pessoas com deficiência no Brasil pode ser dividida em três períodos:

- De 1854 a 1956, marcado por iniciativas privadas
- De 1957 a 1993, marcado por ações oficiais de âmbito nacional
- De 1993 até os dias atuais, marcado por movimentos em favor da inclusão

A educação inclusiva no Brasil é sustentada por políticas públicas e legislações que reforçam o compromisso do país com a inclusão educacional e social.

A inclusão configura-se na discussão dos direitos humanos de indivíduos por vezes esquecidos e afastados da vida social. Em educação, esse processo que culminou na atual perspectiva de Educação Inclusiva que, segundo Poker, Valentim e Garla (2017) contextualizou-se a partir de 1990, quando “a política educacional, influenciada por documentos internacionais que defendem os direitos humanos fundamentais, assume e passa a implementar a inclusão escolar” (2017. p. 887).

Percebemos assim, a importância da inclusão escolar, não só para os deficientes, mas também para os ditos “normais”. De acordo com Mantoan (2005, p. 96)

Inclusão é a nossa capacidade de entender e receber o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência, física, para os que têm comportamento mental, para os superdotados, e para toda criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com outro (MANTOAN, 2005 P. 96)

A Base Nacional Comum Curricular (MEC) é um documento orientador para a educação no Brasil que enfatiza a inclusão, promovendo o acesso e a participação de todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência e em situação de vulnerabilidade. Ela preconiza a adaptação das práticas pedagógicas e recursos para atender às necessidades individuais, criando ambientes de aprendizagem acessíveis e valorizando a diversidade.

2.1.2 Desafios da educação inclusiva

O desafio que se coloca para a formação atual envolve justamente a capacidade de trabalhar com os acadêmicos, instrumentalizando-os para agir de forma planejada, refletida, sensível, crítica e compromissada, para no seu desempenho profissional, ser:

[...] capaz de desenvolver nos estudantes competências para participar e interagir num mundo global, altamente competitivo, que valoriza o ser-se flexível, criativo, capaz de encontrar soluções inovadoras para os problemas de amanhã, ou seja, a capacidade de compreendermos que a aprendizagem não é um processo estático mas algo que deve acontecer ao longo de toda a vida. (COUTINHO; LISBÔA, 2011, p.5)

Portanto, a formação de professores hoje precisa aliar-se a esta preocupação: trabalhar com a informação para chegar ao conhecimento e repensar os mecanismos de ensino e de aprendizagem.

Não se trata de formar um profissional com qualificação específica para uma área educação especial, mas de ter no seu currículo a possibilidade de formar o profissional com conhecimentos básicos elementares para atuar nos processos de escolarização na educação básica com o público real existente nas escolas.

Hoje, a bandeira inclusiva não só faz parte do contexto histórico da educação, mas está amparada em diferentes dispositivos legais. Podemos perceber esse fato na Constituição Federal, onde o art. 205 estabelece a educação como um direito

social e universal, destinado a formação cidadã e qualificação profissional (BRASIL, 1988), entre outros aparatos legislativos, participantes do conjunto de ações e políticas que se materializaram na atual perspectiva de Educação Inclusiva.

Desde o início do movimento de inclusão, são amplas as discussões sobre a implantação de uma política de inclusão escolar. “No âmbito educacional, passou-se a defender a construção de um sistema único de qualidade para todos os sujeitos com e sem deficiência” (MATOS; MENDES, 2014. p. 38). O todo emerge da diversidade humana, onde cada indivíduo tem anseios, características, capacidades e necessidades particulares a serem observadas, especialmente no tocante a formação educacional (MACEDO; AIMI; TADA; SOUZA, 2014). Desse ponto de vista, são representativos os impasses.

Apesar dos desafios, obstáculos e dificuldades, nada deve impedir que a inclusão aconteça. Até porque a inclusão é um direito inalienável, a escola deve acolher todo aluno, seja criança ou adulto e independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais. É notório que melhorar o sistema de ensino público é difícil, já que é necessário encontrar maneiras de educar com êxito todas as crianças, inclusive as com deficiências mais graves. Portanto, diante disso, as escolas precisam desenvolver mudanças em sua forma de ensinar, procurar temáticas que facilitem a compreensão dos conteúdos passados em salas de aulas, estabelecer e aprimorar suas práticas pedagógicas.

2.1.3 Ações e políticas públicas aplicadas em prol da educação inclusiva na Rede Estadual de Ensino

É notório que as concepções sobre a deficiência na sociedade brasileira vêm gradativamente sofrendo modificações; prova disso são as constantes mudanças ocorridas nas leis e declarações que foram criadas ao longo dos anos, desde a primeira LDB – Lei das Diretrizes Básicas de Educação em 1961, pensando em uma proposta que garantisse às pessoas com deficiências oportunidades de ensino igualitárias. No entanto, ainda fica evidente que as políticas públicas educacionais servem a um duplo interesse, como nos mostra Lima (2014): em uma sociedade de classes, atender aos interesses de grupos que detêm o poder e submeter outros a sua dominação.

A Lei nº 15.322, de 25 de setembro de 2019, institui a Política de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtornos do Espectro Autista no Estado do Rio Grande do Sul, em seu Art. 1º fica instituída a Política Estadual de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtornos do Espectro Autista no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, destinada a garantir e a promover o atendimento às necessidades específicas das pessoas com Transtornos do Espectro Autista, visando ao desenvolvimento pessoal, à inclusão social e à cidadania e ao apoio às suas famílias.

No Art. 4º Em cumprimento à Lei Federal nº 13.438, de 26 de abril de 2017, o Estado disponibilizará avaliação por equipe multiprofissional para rastreamento precoce de possíveis comportamentos autísticos ou diagnóstico precoce com vistas à intervenção precoce, à reabilitação e à atenção integral às necessidades da pessoa com TEA.

§ 1º A intervenção precoce, a reabilitação e a atenção integral citados no "caput" deste artigo serão decorrentes de atendimentos especializados nas seguintes áreas:

a) neurologia; b) psiquiatria; c) psicologia; d) psicopedagogia; e) psicoterapia comportamental; f) odontologia; g) fonoaudiologia; h) fisioterapia; i) educação física; j) musicoterapia; k) equoterapia; l) hidroterapia; m) terapia nutricional; e n) terapia ocupacional.

Art. 5º É garantida a educação da pessoa com TEA dentro do mesmo ambiente escolar dos demais alunos, em todos os níveis e modalidades, inclusive o ensino superior e o profissionalizante, podendo o Estado ficar responsável por:

I - capacitar os profissionais que atuam nas instituições de ensino estaduais para o acolhimento e a inclusão de alunos autistas;

II - em caso de comprovada necessidade, disponibilizar profissional de apoio escolar, nos termos do inciso III do art. 2º;

III - garantir Atendimento Educacional Especializado - AEE - para o aluno com TEA incluído em classe comum do ensino regular;

IV - garantir a provisão de adaptações razoáveis como recursos de tecnologia assistiva, adaptações de ambiente físico, material escolar, currículo, metodologia educacional, atividades curriculares e extracurriculares, além de outras modificações e ajustes adequados às características sensoriais, comportamentais, comunicativas e intelectuais que se façam necessários em cada caso, a fim de assegurar que o

aluno com TEA possa gozar e exercer, em igualdade de oportunidades com os demais alunos, todas as atividades escolares, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia; e

V - garantir o acesso ao ensino voltado para jovens e adultos - EJA - às pessoas com TEA que atingiram a idade adulta sem terem sido devidamente escolarizadas.

Parágrafo único. Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto neste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.

Os professores, junto com a escola, devem entender que esse aluno não é um ser limitado e sim com habilidades diferenciadas, que devem ser analisadas de forma singular, exemplo de educação, que deveria existir nas escolas, onde o professor realiza o processo de inclusão do aluno na condição de deficiente com os demais alunos, respeitando e adaptando as atividades a cada condição dos alunos, que variam de acordo com a deficiência. Essa ideia é fomentada pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica CNE No 04/2009, a qual diz: Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos

Na Constituição Brasileira, o Capítulo V é de leis e diretrizes a respeito dos direitos dos deficientes, isso é de suma importância para o cumprimento dos direitos pelas instituições e pessoas perante uma criança com deficiência. É dever do Estado garantir a efetivação desses direitos pelas escolas e possibilitar recursos e serviços para a alfabetização e educação de crianças com necessidades específicas.

3 METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa na educação é método de investigação que busca a compreensão de fenômenos e ações sociais, culturais e educacionais tendo como base a análise de dados subjetivos, como entrevistas, observações, relatórios entre outros. Seu objetivo é buscar a compreensão detalhada do assunto estudado, não mensurando qualitativamente os fenômenos. Este é usada com frequência nas pesquisas do tipo exploratória, estudo de caso, pesquisa-ação, entre outras, bem como investigações de práticas pedagógicas.

[...] todas as pesquisas exigem interpretações e, na realidade, o comportamento humano exige interpretações a cada minuto. Mas a pesquisa interpretativa é a investigação que depende muito da definição e da redefinição dos observadores sobre os significados daquilo que veem e ouvem (STAKE, 2011, p. 46).

Esta pesquisa, define-se por descritiva, portanto, os dados coletados não podem ser reduzidos a variáveis, porém geram temas diversos a serem analisados e explorados como um todo. Seu método de análise é indutivo ou diferencial, já que suas conclusões se firmam a partir de interpretação analítica profunda, proveniente das informações das entrevistas e observações. No andamento desse processo, o conhecimento se forma por meio de ações explícitas e descritivas, estabelecendo um relativo processo de cruzamento de dados e informações objetivando uma objetiva e transparente interpretação para que esta tenha valor científico para estudos e pesquisas futuras.

A pesquisa científica foi iniciada por meio de revisão de literatura em que buscou-se obras já publicadas para conhecer e analisar o tema do estudo realizado. A pesquisa nos auxilia desde o início do processo de produção, pois é feita com o intuito de identificar se já existem trabalhos científicos sobre o assunto da análise elaborada, colaborando na escolha do problema e de um método adequado, tudo isso é possível baseando-se em artigos e estudos relacionados aos tema já publicados.

Este procedimento é o primeiro passo para a construção de um processo investigativo, ou seja, depois da escolha de um tema e assunto a ser estudado é preciso organizar uma revisão bibliográfica deste mesmo, porém necessita-se que se tenha cuidado na definição de fontes de pesquisa usando sites e trabalhos anteriormente publicados.

Rosa e Arnoldi (2006) e Luna (1988, p. 71) referem-se à pesquisa como “uma atividade de investigação capaz de oferecer e, portanto, produzir um conhecimento novo a respeito de uma área ou de um fenômeno, sistematizando-o em relação ao que já se sabe”. Gil (1999, p. 45), conceitua pesquisa como:

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. (...) A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos (...) ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados. (GIL, 1999, p. 45).

Pesquisa é, portanto, o caminho para se chegar à ciência, ao conhecimento. É na pesquisa que utiliza-se diferentes instrumentos para se chegar a uma resposta mais precisa, confiável e que auxilie os sujeitos e comunidades a também solucionarem suas demandas emergentes.

Dessa forma, como método de geração de dados que possam nos ajudar alcançar o objetivo principal de “investigar quais são as ações que a rede Estadual de Ensino do estado do Rio Grande do Sul realiza para efetivação das políticas de inclusão”, utilizamos como instrumento a entrevista semiestruturada.

Laville e Dionne (1999), cerca da entrevista semiestruturada, afirmam que:

A entrevista semi-estruturada oferece maior amplitude na coleta dos dados, bem como uma maior organização: esta não estando mais irremediavelmente presa a um documento entregue a cada um dos interrogados. Por essa via, a flexibilidade possibilita um contato mais íntimo entre o entrevistador e o entrevistado, favorecendo assim a exploração em profundidade de seus saberes, bem como de suas representações, de suas crenças e valores. (Laville e Dionne, 1999, p. 188 - 189).

De acordo com Gil (2010), a entrevista semiestruturada é uma técnica de coleta de dados que permite ao entrevistador manter o foco e ao entrevistado expressar-se livremente.

O roteiro de pesquisa utilizado para a estruturação deste estudo é composto por nove questões descritivas, as quais podem ser consideradas questões abertas, pois, permitem que o respondente expresse a sua opinião ou explicação.

A professora foi escolhida por ser a única professora de AEE da escola, essa possui formação específica para atuação na trabalho que desenvolve e está nessa função a mais de dez anos o que lhe possibilita ter um vasto conhecimento em relação a processo de evolução dos atendimento especializado na rede estadual

de ensino, bem como quais são as políticas públicas efetivas que foram implantadas durante esse período, dando uma visão mais ampla da realidade educativa inclusiva, a entrevista foi realizada em forma de questionário impresso no mês de outubro do corrente ano.

4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 O processo de inclusão na Escola Estadual de Ensino Médio Menino Jesus de Jacuizinho

Em relação ao Atendimento Educacional Especializado, perdura a incompreensão sobre a função do docente em AEE, visto por vezes como o único responsável pela escolarização e inserção dos alunos deficientes. Ademais, muitos não visualizam as salas de Educação Especial como uma estratégia pedagógica (BERNARDES; CORDEIRO, 2016).

O processo de inclusão escolar é uma proposta que visa a garantir a igualdade de direitos e oportunidades educacionais para todos, em um ambiente favorável. Para que seja efetivado, é necessário que todos os envolvidos com a educação assumam o compromisso de incluir.

Na Escola Estadual de Ensino Médio Menino Jesus de Jacuizinho, assim como em todo contexto educacional mundial vem buscando ações e meios de tornar o processo inclusivo, neste sentido a sala de AEE vem sendo uma importante forma de tornar essa prática possível de ser realizada e forma significativa.

Assim, a sala de AEE se tornou um elo entre o professor de sala de aula e o professor de especializado, no caso da escola em estudo a professora que atua na sala mantém um forte vínculo com os alunos atendidos, estes a tem como referência na escola. Sua relação com esses alunos se tornou tão significativa que atualmente alguns deles não participam de atividades da escola sem a presença da professora.

Na visão de Mendes (2006), se por um lado existem discursos que afirmam a necessidade da inclusão das crianças e adolescentes com deficiência no ambiente escolar, por outro também há visões segregacionistas que continuam reafirmando que alguns desses sujeitos não têm condições de permanecer na escola regular e que o melhor para eles é permanecerem em instituições especializadas, isolados dos demais.

Segundo a professora especialista que atende a sala de AEE da escola destaca quando indagada em relação ao público alvo atendido diz que: “Os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Cabe destacar que, aluno com deficiência não é aluno com: dislexia, hiperatividade, dificuldades de aprender, transtorno opositor desafiador, bipolaridade.”

O AEE pode ocorrer em diversos ambientes, como na própria escola regular ou em centros especializados, e deve ser planejado de acordo com as necessidades individuais do aluno. A equipe pedagógica, muitas vezes composta por professores especializados, psicólogos e outros profissionais, deve trabalhar de maneira colaborativa para fornecer o melhor suporte possível.

Neste sentido, pode-se afirmar que mesmo que todas as escolas tenham direito a sala de AEE professora afirma que: “O artigo 59 da LDB, referente ao capítulo V da Educação Especial, no III refere-se "professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento". Na prática, cabe as escolas buscar junto as mantenedoras a criação da sala de AEE assim como seu real funcionamento.”

O AEE (Atendimento Educacional Especializado) é um serviço oferecido por escolas para atender estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, e altas habilidades/superdotação. O objetivo é garantir que esses alunos possam ter um aprendizado mais inclusivo e adequado às suas necessidades.

De acordo com informações disponibilizadas pela professora a partir da entrevista atualmente a EEEM Menino Jesus oferta apenas Ensino Médio, número de aluno neste ano está reduzido, uma vez que os alunos buscam cursos técnicos ofertados na região. Apenas três alunos têm matrícula no AEE neste ano letivo. E destes tres todos eles tem uma facilidade em socialização, são muito ativos e participativos, apenas com dificuldades de leitura, sendo que um dos alunos não consegue ler, o outro é imperativo, possui um CID bem extenso, e o utro é mais tímido, quieto sempre na dele, tem dificuldade na escrita, porem tem uma inteligencia sem igual.

4.2 Os desafios enfrentados no processo de inclusão na Escola Estadual de Ensino Médio Menino Jesus

Os desafios enfrentados no processo de inclusão educacional são diversos e

envolvem múltiplos aspectos, desde a estrutura física das escolas até a formação dos profissionais da educação.

A entrevista realizada com a professora de AEE da escola em estudo mostra a realidade relacionada aos desafios encontrados pelas escolas regulares e professores tanto do AEE quanto de sala de aula regular no processo de inclusão de PCDs.

A comunicação entre família e escola deve ser contínua, aberta e eficaz. A escola deve manter a família informada. Para isso necessário que se realizem atividades de boas práticas como reuniões periódicas entre os profissionais, uso de cadernos ou agendas de comunicação entre a escola, envolvimento dos pais nas atividades pedagógicas e nas decisões sobre o plano de ensino.

A professora quando indagada sobre: De que forma o AEE deve se relacionar com as famílias? Esta afirma que: “Além de todo o papel dentro da Escola, em relação à equipe diretiva, professores da sala regular, funcionários, o suporte à família é também tarefa do professor da AEE. Todas as famílias precisam participar da Escola, com as famílias do AEE mais ainda, é uma relação mútua.”

Quando questionada sobre: Qual o papel da gestão na relação entre AEE, professor regente, profissional de apoio escolar e família? Esta diz que: “É de fundamental importância. O aluno do AEE, em primeiro lugar é aluno da Escola, de uma classe regular e depois da sala do AEE. É um grande equívoco vincular o aluno somente ao AEE, este é um suporte a mais, para aquele aluno que não tem as mesmas condições cognitivas de aprendizagem.”

Existe financiamento específico para o Atendimento Educacional Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Brasil, mas a questão de se esse financiamento é suficiente para suprir conforme necessário suficiente para suprir as necessidades dos alunos atendidos é complexa e depende de vários fatores.

Porém, a resposta da professora em relação ao questionamento - Há financiamento específico para o AEE ? Esse é suficiente para suprir as necessidades dos alunos atendidos? Esta diz que: As Escolas Estaduais vivem uma carência financeira em todos os sentidos, é um malabarismo ofertar as necessidades básicas como merenda, material de limpeza entre outras, o AEE da Escola até o momento não recebeu apoio financeiro específico para seu funcionamento.

Essa realidade se contradiz a lei específica com aquilo que a vivência dentro da escola acontece, pois todas as escolas deveriam poder contar com materiais e recursos específicos para que a inclusão aconteça de forma significativa.

Ao final da entrevista foi feito ao professor o seguinte questionamento: Em seu conceito quais são os principais desafios para que a inclusão seja realmente efetiva nas escolas regulares? Sua resposta foi a seguinte: “São tantos os desafios, não trata-se da escola em específico, família, sociedade Vejo que a escola faz muito, contudo não cumpre todo o papel conforme previsto em lei, porque a escola é apenas uma esfera da sociedade. Precisamos avançar muito em ensino inclusivo, mas com a consciência de que já estamos fazendo. Cada público no AEE tem especificidades próprias, cada aluno tem uma família que busca seus direitos, mas também aqueles que não acreditam no poder de aprendizagem de seu filho.”

Pode afirmar que o processo de inclusão referente aos alunos que frequentam o AEE, autistas, PCDs entre outros tem muito que progredir tanto na Escola Estadual de Ensino Médio Menino Jesus, quanto na rede estadual em seu todo pois como pode-se observar no estudo a educação inclusiva ainda tem muito o que evoluir.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva nas escolas estaduais representa um grande avanço na busca por uma educação mais justa e igualitária para todos os alunos. Contudo, a concretização dessa proposta depende de uma série de ações coordenadas entre o governo, escolas, professores, famílias e a sociedade em geral. A superação dos desafios exige não apenas investimentos em infraestrutura e formação, mas também uma mudança cultural que valorize as diferenças e busque garantir o direito à educação para todos os estudantes. O compromisso com a inclusão deve ser uma prioridade nas políticas educacionais, garantindo que os alunos com deficiência ou necessidades especiais tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento que os demais.

Muitos professores não recebem a formação necessária para trabalhar com alunos que apresentam deficiências, transtornos de aprendizagem ou altas habilidades. A formação inicial nas escolas de educação básica muitas vezes não aborda de forma adequada a diversidade de necessidades dos alunos.

REFERÊNCIAS

ABENHAIM, E. (2005). Os Caminhos da inclusão: breve histórico. In A. M. Machado, A. J. VEIGA NETO, M. V. O.; SILVA, R. G. PRIETO, W. Rannã & E. Abenham (Orgs.). Psicologia e Direitos Humanos: Educação Inclusiva, direitos humanos na escola (p. 39-53). São Paulo: Casa do Psicólogo.

BERNARDES, Cleide Aparecida Hoffmann; CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado. O atendimento educacional especializado pelas vozes das professoras. Revista eletrônica de educação, v.10, n.1, p.88-99, 2016.

COUTINHO, C.; LISBÔA, E. Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. Revista de Educação, v.18, n.1, p.5-22, 2011..

Legislação sobre PcD e PcAH – Disponível em: <https://faders.rs.gov.br/leis-e-dispositivos-legais-sobre-pcd-e-pcah> Acesso em: 19/11/2024.

LEI Nº 15.322, DE 25 DE SETEMBRO DE 2019.- Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-15322-2019-grande-do-sul-institui-a-politica-de-atendimento-integrado-a-pessoa-com-transtornos-do-espectro-autista-no-estado-do-rio-grande-do-sul> Acesso em: 18/11/2024.

LIMA, E. T. S. Política de inclusão: um estudo na rede pública de educação em Jataí-Goiás. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: pontos e contrapontos, Rosangela Gavioli Prieto: Valeria Amorim Arantes (Org.). 5. Ed. São Paulo: Summus, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: pontos e contrapontos, Rosangela Gavioli Prieto: Valeria Amorim Arantes (Org.). 5. Ed. São Paulo: Summus, 2005.

MATOS, Selma Norberto; MENDES, Eniceia Gonçalves. Demandas decorrentes da inclusão escolar. Revista Educação Especial, Santa Maria. V. 27, N. 48, P. 27-40 Jan/abr, 2014

MATOS, Selma Norberto; MENDES, Enicéia Goonçalves,. A proposta de Inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, V.10, n.16, p. 35-59, Jan/jun, 2014.

POKER, Rosimar Bortolini; VALENTIM, Fernanda Oscar Dourado; GARLA, Isadora Almeida. Inclusão Escolar e formação inicial de professores: a percepção de alunos egressos de um curso de pedagogia. Revista Eletrônica de Educação, v.11, n.3, p. 876-889, set./dez., 2017.

APÊNDICES

ENTREVISTA COM OS PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Unipampa- História

Acadêmica: _____

NOME: _____

IDADE: _____

SEXO: _____

FORMAÇÃO: _____

PÓS GRADUAÇÃO: _____

TEMPO DE SERVIÇO NA DOCÊNCIA: _____

SÉRIE/ANO/CICLO QUE LECIONA: _____

ESCOLA: _____

Questionário:

1. Quem é o público-alvo do AEE?

2. Todo estudante público-alvo da educação especial tem direito ao AEE nas redes públicas e privada?

3. Qual formação é necessária para exercer a função de professor do AEE?

4. Quantos alunos você atende atualmente?

5. De que forma o AEE deve se relacionar com as famílias?

6. Qual o papel da gestão na relação entre AEE, professor regente, profissional de apoio escolar e família?

7. Há financiamento específico para o AEE ? Esse é suficiente para suprir as necessidades dos alunos atendidos?

8. Você considera que existe a inclusão efetiva em sua escola de atuação? Justifique.

9. Em seu conceito quais são os principais desafios para que a inclusão seja realmente efetiva nas escolas regulares?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa é sobre “A educação inclusiva na Escola Estadual de Ensino Médio Menino do município de Jacuizinho - RS ”, e está sendo desenvolvida pela acadêmica do Curso de História Unipampa-UAB, da Universidade Federal do Pampa, Janaina Silva de Melo , sob orientação da professora Camila de Almeida Silva.

O objetivo geral do estudo: Investigar quais são as ações que a rede Estadual de Ensino do estado do Rio Grande do Sul realiza para efetivação das políticas de inclusão.

Solicito a sua colaboração participando desta **entrevista semi estruturada**, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e afins e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto.

Esclareço que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Após ler o termo de consentimento Livre e Esclarecido, escolha uma das opções abaixo:

- (X) Estou ciente e declaro o meu consentimento em participar da pesquisa.
() Não quero participar da pesquisa.

Nome completo: Claudia Maria Schneider Textor

Documento: RG 4059002727 CPF 7815900801-15